

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.333.274 - MS
(2018/0185460-5)**

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
AGRAVANTE : PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S/A
ADVOGADOS : BERNARDO GROSS E OUTRO(S) - MS009486
FELIPE RAMOS BASEGGIO - MS008944
AGRAVADO : SELMA ELAINE CASASSOLA MORELLI - FIRMA INDIVIDUAL
ADVOGADOS : JADER ROBERTO DE FREITAS E OUTRO(S) - MS009751
RONICLÉIA LEMOS DE FREITAS - MS010708

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. **RECURSO INTERPOSTO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. INDENIZATÓRIA. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. OITIVA DE TESTEMUNHAS. SUSPEIÇÃO NÃO RECONHECIDA PELA CORTE DE ORIGEM. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DANO MORAL PESSOAL JURÍDICA. POSSIBILIDADE. DANOS QUE DEVEM SER COMPROVADOS. DEVER DE INDENIZAR NÃO CONSTATADO. CONDENAÇÃO AFASTADA. PRECEDENTES. AGRADO INTERNO PROVIDO. AGRADO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO

DECISÃO

SELMA ELAINE CASASSOLA MORELLI - FIRMA INDIVIDUAL (SELMA) ajuizou ação de rescisão contratual cumulada com perdas e danos contra PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A. (PETROBRÁS), objetivando o encerramento do contrato firmado entre as partes e o ressarcimento pelos danos suportados.

Em primeiro grau, a ação foi julgada procedente para declarar rescindido os contratos firmados entre as partes e condenar a ré ao pagamento da multa contratual de 10% sobre o valor do primeiro ajuste, a ser apurado em liquidação de sentença; ao pagamento da bonificação pretendida, bem como de indenização por danos morais. A PETROBRÁS também foi condenada ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, fixados em 10% do valor da condenação (e-STJ, fls. 2237/2246).

Interpostas apelações por ambas as partes. A PETROBRÁS afirmou a nulidade da sentença por cerceamento de defesa, alegando que houve tratamento desigual em relação à oitiva das testemunhas. E, no mérito, que a autora descumpriu o contrato porque interrompeu a aquisição de combustíveis em maio de 2011.

Já SELMA alegou a necessidade de concessão dos benefício da gratuidade de justiça; a majoração do dano moral e a alteração do termo inicial dos juros de mora sobre o valor da bonificação.

O Tribunal de origem negou provimento ao recurso da PETROBRÁS e deu parcial provimento ao recurso de SELMA, nos termos do acórdão, assim ementado:

RECURSO DE APELAÇÃO DA EMPRESA RÉ – AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO C/C INDENIZAÇÃO – PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO POR OFENSA AO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE E DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DEFESA (SUSPEIÇÃO DE TESTEMUNHAS) AFASTADAS – MÉRITO RECURSAL – CULPA PELA RESCISÃO DO CONTRATO – VIOLAÇÃO À BOA-FÉ OBJETIVA – COMPORTAMENTO CONTRADITÓRIO QUE VIOLA A BOA-FÉ – PRÉVIO CONHECIMENTO E OUTORGA DE EXPECTATIVA DE RETOMADA DE PRAZO PARA PAGAMENTO DOS PRODUTOS QUE ERAM FORNECIDOS – ABALO MORAL POR ATO ILÍCITO DEMONSTRADO – RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

I - Havendo combate direto à fundamentação da decisão recorrida, impõe-se o conhecimento do recurso, afastando-se a preliminar de não observância ao princípio da dialeticidade.

II - A relação de emprego não é causa explícita de suspeição de testemunha, devendo-se, outrossim, ser afastado o compromisso de dizer a verdade em relação a funcionários que participaram de forma ativa em avença havida entre as partes litigantes, objeto da controvérsia dos autos, mostrando-se, por isso, suspeitos seus testemunhos.

III - À luz do novo ordenamento jurídico processual, por determinação do art. 444 do CPC e ainda do parágrafo único do art. 227 do CC, nos casos em que a lei exigir prova escrita da obrigação, é admissível a prova testemunhal quando houver começo de prova por escrito, emanado da parte contra a qual se pretende produzir a prova.

IV - O princípio da boa-fé, positivado nos mencionados dispositivos legais, fundamenta-se na confiança que envolve os sujeitos da relação jurídica, sendo uma regra de conduta, balisadora da sociedade, construída com base nos padrões de honestidade e lisura. Não poderia a Petrobras outorgar à apelada a esperança de que poderia voltar a ser beneficiada com prazo

para quitação dos produtos que lhe eram fornecidos após o pagamento dos débitos com ela mantidos e, em momento posterior à entabulação de acordo, negar esta circunstância, com base em dados que antes da negociação já tinha conhecimento.

V - Os fatos que permeiam a demanda não retrataram mero dissabor, mas conduta violadora que causou dano à empresa demandante e que, por isso, merece ser indenizada a título de dano moral pela empresa ré. A despeito de no caso inexistir impedimento ao exercício da atividade comercial pela ré, esta atuou de forma culposa que causou danos à autora, com ofensa à sua reputação, impingindo-lhe situação vexatória, abalando sua credibilidade perante sua clientela e, por isso, caracterizou-se o abalo à honra objetiva da empresa demandante.

RECURSO DE APELAÇÃO DA AUTORA – AÇÃO DE RESCISÃO DE CONTRATO C/C INDENIZAÇÃO – MAJORAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO A TÍTULO DE DANO MORAL – R\$15.000,00 (QUINZE MIL) – VALOR MANTIDO – TERMO INICIAL DOS JUROS DE MORA – CITAÇÃO – DESNECESSIDADE DE LIQUIDAÇÃO DO JULGADO PARA APURAÇÃO DE MULTA CONTRATUAL QUE PODE SER APURADO POR SIMPLES CÁLCULO ARITMÉTICO – MAJORAÇÃO DA VERBA HONORÁRIA (§11 DO ART. 85 DO CPC) DEVIDA – RECURSO CONHECIDO E EM PARTE PROVIDO.

I - Cabe ao prudente arbítrio do julgador estipular equitativamente o montante devido a título de danos morais, mediante aplicação dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Com base em tais princípios, buscar-se-á a determinação de valor adequado a, de um lado, compensar o constrangimento indevido imposto ao ofendido e, de outro, desestimular o ofensor a, no futuro, praticar atos semelhantes.

II - O termo inicial para a incidência dos juros de mora, no caso de responsabilidade contratual, ao contrário do que argumenta a apelante, deve dar-se da citação, como bem declinado na sentença recorrida, com fundamento no que dispõe o art. 405 do CC.

III - A liquidação de sentença foi simplificada no Novo CPC, excluindo a chamada “liquidação por mero cálculo aritmético”, prevendo o §2º do art.

509 que Quando a apuração do valor depender apenas de cálculo aritmético, o credor poderá promover, desde logo, o cumprimento da sentença, sendo inclusive auxiliado por programa de atualização financeira a ser disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça (§ 3º) (e-STJ, fls. 2.367/2.368).

Os embargos de declaração opostos por PETROBRÁS foram

rejeitados (e-STJ, fls. 2.416/2.422).

Irresignada, a PETROBRÁS interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a* e *c* da CF, sob a alegação de ofensa aos arts. 401 do CPC/73, 139, 1022 e 1.047 do NCPC; 186 e 927 do CC/02, sustentando a omissão do julgado; a ausência de prova suficiente para demonstrar o direito da autora à rescisão e às verbas pretendidas; e ausência de configuração de dano moral indenizável (e-STJ, fls. 2.424/2.440).

Houve contrarrazões (e-STJ, fls. 2.449/2.486).

O recurso foi inadmitido na origem, ante a incidência da Súmula nº 7 do STJ (e-STJ, fls. 2.488/2.493).

PETROBRÁS interpôs agravo em recurso especial (e-STJ, fls. 2.495/2.512).

Houve contraminuta (e-STJ, fls. 2.515/2.529).

O agravo foi conhecido mas negado provimento ao apelo nobre em decisão monocrática de minha relatoria, assim ementada:

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO E RECURSO ESPECIAL INTERPOSTOS SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. INDENIZATÓRIA. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. DEVER DE INDENIZAR CONSTATADO. DANOS MORAIS DEVIDOS. ALTERAÇÃO DO JULGADO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ (e-STJ, fl. 2.534).

Nas razões deste agravo interno, a PETROBRÁS afirmou que (1) deve ser afastado o óbice da Súmula nº 7 do STJ porque o acórdão proferido na Corte de origem contém obscuridade que não foi sanada, mesmo após a oposição dos embargos de declaração. Alegou que há obscuridade em relação à norma processual aplicada ao caso se o CPC/73 ou o NCPC. Aduziu, ainda, a existência de omissão acerca do indeferimento da oitiva de suas testemunhas, sob o fundamento de que são suas funcionárias, mas a oitiva das testemunhas da autora, ainda que funcionárias desta; (2) a incidência do art. 401 do CPC/73 em virtude do valor do contrato; e, (3) afirmou, por derradeiro, que deve ser afastado o óbice da Súmula nº 7 do STJ no que se refere à violação dos arts. 186 e 927 do CC/02 porque houve presunção de danos morais. Alegou a existência de dissídio jurisprudencial quanto à impossibilidade de reconhecimento do dano moral no mero inadimplemento contratual. Requereu a reconsideração da decisão.

É o relatório.

DECIDO.

Diante das razões expostas no agravo interno, **RECONSIDERO**

parcialmente a decisão agravada, **CONHEÇO** do agravo e passo a novo julgamento do recurso especial interposto à e-STJ, fls. 2.424/2.440.

De plano, vale pontuar que as disposições do NCPC, no que se refere aos requisitos de admissibilidade dos recursos, são aplicáveis ao caso concreto ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

(1) Do cerceamento de defesa e da prova testemunhal

A PETROBRÁS afirmou que deve ser afastado o óbice da Súmula nº 7 do STJ porque o acórdão proferido na Corte de origem contém obscuridade que não foi sanada, mesmo após a oposição dos embargos de declaração. Alegou que há obscuridade na relação à norma processual aplicada ao caso se o CPC/73 ou o NCPC. Aduziu, ainda, a existência de omissão acerca do indeferimento da oitiva de suas testemunhas, sob o fundamento de que são suas funcionárias, mas a oitiva das testemunhas da autora, ainda que funcionárias desta.

Contudo sem razão.

O Tribunal de origem consignou expressamente, à aplicação do NCPC e os fundamentos para o indeferimento das testemunhas da PETROBRÁS em virtude do reconhecimento da suspeição, confira-se:

Pela prudente leitura do acórdão, afigura-se possível verificar que a aplicação das normas processuais, atinente ao direito probatório, quando da análise da preliminar de nulidade da sentença por cerceamento de defesa, expressamente mencionou dispositivo legal do novo CPC (art. 457 e §§) que praticamente repete a regra processual inserta no CPC revogado (art. 414), vigente à época da realização da audiência, em que fora reconhecida a suspeição das testemunhas arroladas pela empresa ré, ora embargante.

Ponderou-se que, independentemente da norma processual aplicável, a despeito de o vínculo empregatício não ser motivo suficiente para informar-lhe a suspeição da testemunha, restou demonstrada a suspeita/interesse das testemunhas arroladas pela embargante na manutenção da versão exposta por esta.

Ademais, mesmo quando o acórdão declinou, para rechaçar a argumentação da ré quanto à impossibilidade de utilização de prova exclusivamente testemunhal, sobre a superveniência da

entrada em vigor do CPC, defeso falar-se em obscuridade.

Como cediço, em que pese o disposto no art. 1.047 do vigente CPC, no sentido de que as disposições de direito probatório adotadas neste Código aplicam-se apenas às provas requeridas ou determinadas de ofício a partir da data do início de sua vigência, o assunto tratado no julgamento embargado não apresentou alteração pela nova regra processual, tanto que não se está a tratar da existência de contrato, já que este mostra-se incontroverso no caso.

Não fosse isso, enfatizou-se que a utilização da prova testemunhal produzida nos autos não se deu de forma exclusiva, mas também com base em documentos juntados aos autos, relativos às tratativas das partes, evidenciando a demonstração quanto à culpa pela rescisão do contrato, demonstrado que a quitação dos débitos em aberto pela empresa autora deu-se sob a premissa de que a forma de pagamento a prazo pela Petrobrás seria retomada, conforme esta mesma reconheceu.

Logo, não prospera a argumentação da empresa embargante no sentido de que há obscuridade ou omissão no julgamento neste aspecto, demonstrando esta que apenas não está a se conformar com o desfecho proferido por este órgão colegiado.

No mesmo sentido, os fundamentos invocados pela embargante, para justificar a existência de omissão do julgado quanto às supostas provas escritas juntadas no processo, que afastaram a alegação de impossibilidade de utilização de prova exclusivamente testemunhal, sustentando que as folhas do processo indicadas se referem a mensagens que em momento algum prometem a concessão de prazos, mas, pelo contrário, confirmam que estes não seriam concedidos.

Isto porque, em contrapartida ao alegado pela embargante, denota-se que as provas escritas mencionadas, cujas folhas foram declinadas no julgado, serviram como começo de prova, a evidenciar a existência da avença e da premente expectativa da embargada, demonstrando a culpa pela rescisão contratual.

Até porque, no caso, como dito alhures, cuida-se de ação de rescisão de contrato, cuja avença entre as partes mostrou-se incontroversa, sendo, por isso, possível a admissão da prova testemunhal, em especial quando utilizada como subsidiária ou complementar da prova por escrito, com fundamento no que dispõe o art. 227 do CC/02 (e-STJ, fls. 2.419/2.420 - sem destaque no original)

Portanto, fica afastada a alegação de obscuridade e omissão quanto à aplicação das normas do CPC/73 ou NCPC porque houve pronunciamento expresso da Corte de origem quanto ao tema, sendo forçoso reconhecer, na verdade, a irresignação da PETROBRÁS com o resultado do julgamento.

Por derradeiro, a fim de evitar qualquer tumulto processual, no que se refere à isonomia de tratamento das testemunhas, destaca-se o trecho do acórdão proferido na Corte de origem no qual ficou consignado os motivos para a oitiva apenas das testemunhas de SELMA porque, em que pese as testemunhas manterem relação empregatícia com as partes apenas a da PETROBRAS se envolveram diretamente na negociação que deu causa ao presente litígio, confira-se:

Preliminar de cerceamento do direito de defesa

A empresa demandada alega a nulidade da sentença por cerceamento de defesa, defendendo que o juízo a quo agiu de modo desigual e desproporcional no caso, em razão de ter aceito testemunhas da apelada, todas seus funcionários e rejeitou as testemunhas da apelante, justamente por serem estas seus funcionários.

Concluiu que em razão da rejeição das testemunhas apresentadas pela empresa apelante a sentença recorrida deve ser anulada, determinando-se nova oitiva da testemunha com o devido compromisso ou que, alternativamente, seja conferida força probante às declarações prestadas em juízo.

Compulsando os autos, denota-se que em audiência de instrução a empresa apelante apresentou inconformidade com o indeferimento de seu pleito no sentido de que fosse aguardada a oitiva das testemunhas da parte autora, por intermédio de carta precatória, para, posteriormente, ser-lhe oportunizada a oitiva das testemunhas por ela arroladas, pugnando, assim, pela conclusão da oitiva das testemunhas da autora para possibilitar a contraprova à ré-apelante (f. 2.072).

Não fosse isso, infere-se que a empresa ré interpôs agravo oral porque, acolhendo a contradita apresentada pela autora, a juíza de primeira instância determinou que suas testemunhas (Eduardo Augusto Gutierrez e Durval Santana Gonçalves) fossem ouvidas na qualidade de informantes, com fulcro no §4º do art. 405 do CPC/73, sob o argumento de que além de ter vínculo empregatício com a ré, de algum modo, se imiscuiu, não só nos fatos relativos ao inadimplemento ocorrido em agosto de 2007, como também, iniciou uma tratativa de levantamento de valores para quitação do débito, que, posteriormente, de uma forma ou de outra, desagou no acordo, que é ponto crucial nestes autos (f. 2.078-2.083).

Segundo a apelante suas testemunhas, a despeito de tratarem de seus funcionários, tal como a testemunha da parte autora ouvida naquele oportunidade, não têm interesse na causa e, por isso, não podem ter seu testemunho considerado como mero informantes, sob pena de cerceamento do direito de defesa, já que não possuem qualquer poder de mando ou gestão.

De acordo com o juízo a quo, que presidiu a audiência de

instrução realizada nos autos a oitiva das testemunhas da empresa ré não se deu apenas em razão do vínculo empregatício que aquelas mantêm com a empresa demandada, mas também porque estas participaram de modo ativo em suposto acordo firmado entre as partes litigantes, razão por que não poderiam prestar compromisso na qualidade de testemunhas, por nítida suspeição no interesse buscado pela ré (f. 2.079 e 2.082).

Dispõe o art. 457, § 1º, do vigente Código de Processo Civil, praticamente repetindo a redação do art. 414 §1º do CPC/73 vigente à época da realização do referido ato processual:

[...]

Deveras, o julgador deve estar alerta aos depoimentos prestados pelas testemunhas, dirigindo sua atenção à percepção de impressões ou intimidações a que eventualmente tenham sido submetidas, hipótese em que poderá relativizar a importância desses depoimentos.

[...]

No caso dos autos, em que pese as testemunhas das partes manterem relação empregatícia com estas que as arrolaram, as da apelante envolveram-se de maneira direta na negociação havida entre as partes e que deu causa ao presente litígio (f. 2.084-2.085).

Assim, a despeito de o vínculo empregatício não ser motivo suficiente para informar-lhe a suspeição da testemunha, na hipótese a decisão do juízo a quo, em ouvir as testemunhas da ré na qualidade de informantes merece ser mantida, considerando sua suspeita/interesse na manutenção da versão exposta pela empresa demandada, ora apelante.

Diante destes fundamentos, afasto a alegação de cerceamento de defesa arguida pela apelante, porquanto inexistente a desigualdade de tratamento das partes na instrução probatória a justificar o pleito de anulação do julgado [...] (e-STJ, fls. 2.374/2.377 - sem destaque no original).

Assim, encontrando-se as conclusões do Tribunal local coligidas a partir dos fatos circunstanciados na lide e considerando o livre convencimento do magistrado, que é o destinatário final das provas, a revisão nesta esfera recursal mostra-se inviável diante da incidência do óbice da Súmula nº 7 do STJ.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PERMUTA DE PROPRIEDADES RURAIS COM TORNADAÇÃO DE IMÓVEIS COMO PARTE DO PAGAMENTO. COMISSÃO DE CORRETAGEM. COBRANÇA. ÔNUS DA PROVA. TESTEMUNHAS. ALEGAÇÃO DE SUSPEIÇÃO. SÚMULA 7/STJ. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA.

AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Para chegar-se ao objetivo almejado pelo agravante - alcançar a condenação dos agravados ao pagamento da comissão que supõe lhe ser devida por força da celebração de contrato de corretagem que teve por objeto a mediação de permuta de imóveis rurais com torna em dinheiro -, seria necessário o revolvimento do material fático-probatório carreado aos autos, operação vedada nesta instância a teor do que dispõe a Súmula 7/STJ.

2. Tendo a eg. Corte local concluído que as testemunhas não são suspeitas por não possuírem interesse direto no resultado da demanda, não tendo tecido nenhuma consideração acerca de eventual inimizade entre as partes, torna-se inviável reexaminar essa fundamentação pelo óbice da Súmula 7/STJ.

3. Ausência de prequestionamento dos arts. 533, I, e 884 do Código Civil de 2002, pois não serviram de fundamento à conclusão adotada pela eg. Corte local.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1.059.895/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, Quarta Turma, j. 13/6/2017, DJe 26/6/2017)

(2) Do art. 401 do CPC/73

A PETROBRÁS afirmou a incidência do art. 401 do CPC/73 em virtude do valor do contrato e que as provas não poderiam ser exclusivamente testemunhais.

Sobre o tema, "o tribunal de origem deixou claro que a prova testemunhal não foi utilizada de forma exclusiva, mas em conjunto com outros documentos juntados aos autos, ficando clara a culpa da ré pela rescisão do contrato. Consignou ainda que as provas juntadas serviram de início de prova e amparo ao julgamento como efetuado" (e-STJ, fl. 2.538).

Assim, a tese firmada pela Corte de origem está em consonância com o entendimento do STJ quanto à possibilidade de utilização de prova testemunhal, independentemente do valor do contrato, quando for existente começo de prova escrita.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. DOAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E OBSCURIDADE. AUSÊNCIA. NULIDADE. COAÇÃO MORAL. ATO INVÁLIDO. LEGITIMIDADE ATIVA. AFERIÇÃO. TEORIA DA ASSERÇÃO. INTERESSE. PREJUÍZO. AUSÊNCIA. PROVA TESTEMUNHAL. LIMITES. NULIDADE DE SENTENÇA. NÃO CONFIGURADA. DANOS MORAIS. CONFIGURAÇÃO. VALOR DE

REPARAÇÃO. RAZOABILIDADE.

- 1. Ação ajuizada em 03/08/2007. Recurso especial interposto em 28/03/2013 e atribuído a este gabinete em 25/08/2016.*
- 2. Inviável o reconhecimento de violação ao art. 535 do CPC/73 quando não verificada no acórdão recorrido omissão, contradição ou obscuridade apontadas pelos recorrentes.*
- 3. A ausência de prequestionamento das matérias relacionadas no recurso pelo Tribunal de origem impõe a aplicação da Súmula 211/STJ.*
- 4. O Recurso especial não é instrumento apropriado para rever a questão da voluntariedade ou se houve coação no contrato de doação, se para tanto é necessário a revisão do conjunto fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula n. 7/STJ. Precedentes.*
- 5. Nos termos da jurisprudência do STJ, as condições da ação, entre elas a legitimidade ativa, devem ser aferidas com base na teoria da asserção, isto é, à luz das afirmações deduzidas na petição inicial, dispensando-se qualquer atividade instrutória.*
- 6. É admissível a prova testemunhal independentemente do valor do contrato, quando for existente começo de prova escrita que sustente a prova testemunhal. Inteligência dos arts. 401 e 402 do CPC/73.*
- 7. A jurisprudência desta Casa entende que, não estando o juiz convencido da extensão do pedido certo, pode remeter as partes à liquidação de sentença, devendo o art. 459, parágrafo único do CPC, ser aplicado em consonância com o princípio do livre convencimento (art. 131, do CPC/73).*
- 8. "Formulado pedido certo e determinado, somente o autor tem interesse recursal em arguir o vício da sentença ilíquida" (Súmula 318/STJ).*
- 9. Segundo a jurisprudência desta Corte, pode-se definir danos morais como lesões a atributos da pessoa, enquanto ente ético e social que participa da vida em sociedade. Na hipótese dos autos, tanto a configuração dos danos morais quanto a valoração de sua reparação estão amplamente fundamentadas, sem a necessidade de qualquer reparo.*
- 10. Recurso especial parcialmente conhecido e, nesta parte, não provido.*
(REsp 1.455.521/RS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, j. 27/2/2018, DJe 12/3/2018)

(3) Do dano moral

A PETROBRÁS afirmou, por derradeiro, a violação dos arts. 186 e 927 do CC/02 porque houve presunção de danos morais. Alegou a existência de dissídio jurisprudencial quanto à impossibilidade de reconhecimento do dano moral no mero inadimplemento contratual.

Constou no acórdão recorrido que a situação retratada nos autos induz à conclusão de que a reputação da empresa foi violada e que houve o dano à honra objetiva da autora que foi impedida de conceder prazos a seus clientes, confira-se:

De acordo com todo o declinado, a situação retratada nos autos induz à conclusão de que a reputação da empresa autora restou violada no caso, em virtude de condutas que ofenderam o bom funcionamento de seu estabelecimento comercial, que ficava, em virtude da recusa na concessão de vendas a prazo, impossibilitada de efetuar vendas que não fossem com pagamento à vista, prejudicando sua atividade comercial com o afastamento da clientela.

Nesta toada, tem-se que os fatos que permeiam a demanda não retrataram mero dissabor, mas conduta violadora que causou dano à empresa demandante e que, por isso, merece ser indenizada pela empresa ré.

Cumprе esclarecer que a honra objetiva da autora, por ser pessoa jurídica, refere-se à sua imagem perante terceiros, uma vez que o fato de ficar impedida de conceder prazos a favor de seus clientes acabou por macular sua imagem, a medida que tem o potencial de afetar o seu bom nome no comércio em que atua.

(...)

A despeito de no caso inexistir impedimento ao exercício da atividade comercial pela ré, esta atuou de forma culposa que causou danos à autora, com ofensa à sua reputação, impingindo-lhe situação vexatória, abalando sua credibilidade perante sua clientela e, por isso, caracterizou-se o abalo à honra objetiva da empresa demandante (e-STJ, fls. 2383).

Contudo, esta Corte já consolidou o entendimento que o dano moral da pessoa jurídica deve ser comprovado com a demonstração do prejuízo.

Nesse sentido, confira-se o seguinte precedente:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OFENSA A DISPOSITIVO DA CF. COMPETÊNCIA DA SUPREMA CORTE. VULNERAÇÃO A VERBETE SUMULAR. SÚMULA 518/STJ. DANOS MORAIS. AUSÊNCIA FIRMADA COM BASE EM FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS IN RE IPSA À PESSOA JURÍDICA. SÚMULA 83/STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Apreciação de vulneração de artigo da Constituição Federal é de competência da Suprema Corte e texto de súmula não viabiliza recurso especial, conforme Súmula 518/STJ.

2. O Tribunal de Justiça firmou que, segundo as provas dos autos, a mensagem veiculada no site da Adecon pelo recorrido não teve o condão de macular a honra da recorrente, pessoa jurídica. Portanto, com base em provas e fatos, o julgado afastou a indenização por danos morais, atraindo a aplicação da Súmula 7/STJ por ambas as alíneas do permissivo constitucional.

3. Para a pessoa jurídica, "o dano moral é fenômeno distinto daquele relacionado à pessoa natural. Não se aceita, assim, o dano moral em si mesmo, isto é, como uma decorrência intrínseca à existência de ato ilícito. Necessidade de demonstração do prejuízo extrapatrimonial" (REsp 1.497.313/PI, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 07/02/2017, DJe 10/02/2017).

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.295.421/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. 11/9/2018, DJe 18/9/2018)

Portanto, o acórdão recorrido ao reconhecer a existência de honra objetiva e a presunção de dano moral em virtude da não concessão de crédito à autora, o fez em desacordo com a jurisprudência desta Corte e, quanto ao ponto, merece ser reformado.

Afasta-se a condenação por danos morais fixada na origem, mantida a sucumbência.

Nessas condições, **DOU PROVIMENTO** ao agravo interno, **CONHEÇO** do agravo para **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso especial, nos termos da fundação supra, mantida a sucumbência fixada na origem.

Advirta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 77, §§ 1º e 2º, 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
Relator